

**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

**REVISTA DE GEOGRAFIA  
(UFPE)**

[www.ufpe.br/revistageografia](http://www.ufpe.br/revistageografia)

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

## UMA REVISÃO SOBRE O CONCEITO/CATEGORIA DE TERRITÓRIO

*Estevan Leopoldo de Freitas Coca<sup>1</sup>*

*Doutorando em Geografia pela UNESP/Presidente Prudente. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Email: [estevanleopoldo@yahoo.com.br](mailto:estevanleopoldo@yahoo.com.br)*

*Artigo recebido em 03/07/2014 e aceito em 01/11/2014*

### RESUMO

Neste artigo demonstramos como a Geografia nos possibilita uma leitura do território que vai além da sua definição como espaço de governança, que é a área de influência político-administrativa do Estado-Nação e suas subdivisões. Para isso, fazemos uma discussão teórica sobre os seguintes componentes do conceito/categoria de território: relações de poder, materialidade e imaterialidade, multidimensionalidade e multiescalaridade. Enfatizamos a luta de classes para fazer uma abordagem da diferenciação territorial. Sobre as relações de poder, demonstramos como elas devem ser entendidas como geradas em todas as escalas onde se efetivam as relações sociais. Demonstramos ainda, como o território é composto não apenas pela materialidade expressa nas formas, mas também por elementos imateriais como as ideologias, o conhecimento e outros. Também destacamos que o território é uma totalidade, sendo composto por todas as dimensões da realidade, o que contraria as abordagens que enfatizam apenas a dimensão econômica. Por fim, demonstramos como dentro do território do Estado-Nação são efetivadas relações de poder que formam outros territórios.

**Palavras-chave:** Geografia; conceitos; categorias; território.

### *A REVIEW ON THE CONCEPT/CATEGORY OF TERRITORY*

#### ABSTRACT

The Brazilian territorial occupation and education were primarily guided by territorial treaties and economic. In this article we demonstrate how geography enables us a reading of the territory that goes beyond its definition as a space of governance, which is the area of political and administrative influence of the nation state and its subdivisions. For this, we make a theoretical discussion on the following components of the concept / category of territory: power relations, materiality and immateriality, multidimensionality and multiescalaridade. We emphasize the class struggle to make an approach to territorial differentiation. About power relations, we show how they should be understood as generated at all scales which become effective social relations. We also demonstrated, as the territory is composed not only by the materiality expressed in the forms, but also intangibles such ideologies, knowledge and others. We also highlight that the territory is a whole, comprising all dimensions of reality, which contradicts the approaches that emphasize only the economic dimension. Finally, we demonstrate how within the territory of the nation state are effected power relations that form other territories.

**Keywords:** geography, categories, territory.

## INTRODUÇÃO

Nesse artigo demonstramos como a Geografia nos possibilita uma leitura do território que vai além da sua definição como espaço de governança, que é a área de influência político-administrativa do Estado-Nação e suas subdivisões (estados, municípios, distritos, vilas e outros).

A preocupação que nos motivou a adentrar essa discussão é análise sobre o desenvolvimento territorial que temos realizado na pesquisa de doutorado *Estudo comparativo dos territórios da cidadania do Cantuquiriguaçu - PR e do Pontal do Paranapanema - SP: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como parte da estratégia de desenvolvimento territorial*, que tem sido desenvolvida desde março de 2013.

Temos percebido que, devido à influência de agências multilaterais, o território tem sido utilizado por governos latino-americanos como um recurso prático e instrumental para a aplicação de políticas públicas. No caso do Brasil, essas estratégias tratam os territórios como conjuntos de municípios, quase sempre idênticos às microrregiões geográficas. Ou seja, o território é abordado na perspectiva do Estado-Nação. São exemplos os programas Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, executados pelo Governo Federal brasileiro.

Trazemos contribuições recentes da Geografia que nos possibilitam discutir a diversidade territorial. Para isso, fazemos uma discussão teórica sobre os seguintes componentes do conceito de território: relações de poder, materialidade e imaterialidade, multidimensionalidade e multiescalaridade.

O artigo está organizado em 04 partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira, destacamos como as relações de poder formam os territórios. Na segunda, discutimos a materialidade e a imaterialidade como componentes dos territórios. Na terceira, mostramos como os territórios devem ser entendidos sob uma perspectiva multidimensional. Por fim, discutimos a multiescalaridade dos territórios, pontuando a possibilidade de se destacar os tipos de territórios.

## TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER

Na Geografia contemporânea é consensual que os territórios são formados pelas relações de poder. Um exemplo é a definição de território de Souza (1995), que entende que ele é “[...] fundamentalmente *um espaço delimitado por e a partir de relações de poder* (Souza, 1995, p.78, grifo do autor). Nessa definição destacamos os seguintes pontos: 1- o espaço não é

simplesmente o substrato do território, ou seja, não é entendido como matéria prima ou como palco; 2- o território é tratado como relações de poder projetadas no espaço e 3- as relações de poder dão forma ao território, isto é, estabelecem fronteiras delimitadas no espaço.

Outro exemplo do território como uma construção das relações de poder é a definição de Fernandes (2005, p.27), onde consta que:

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder [...] O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Para o autor existem formas de poder e não apenas um poder, sendo que essas gerarão a apropriação do espaço, constituindo o território. Por ser formado por relações de poder, o território é convenção e confrontação, ou seja, acordo e contestação de pessoas, fatos e decisões. É impossível dissociar o território dos conflitos, já que na medida em que um sujeito, grupo, movimento social, comunidade, nação, instituição ou classe social se apropria de um espaço, na maioria dos casos, ocorre a demarcação de um limite que impedirá o outro de ser hegemônico nas decisões ali tomadas.

Essas considerações abrem perspectiva para que o território seja abordado para além do Estado-Nação e da escala do espaço de governança. Conclui-se que existem territórios dentro do território do Estado-Nação, devido ao fato de o poder não estar somente na escala político-administrativa, já que ele é gerado nas relações entre os sujeitos.

Antes mesmo de a Geografia se institucionalizar, o poder já era discutido no âmbito da Teoria Política e da Filosofia. Predominavam as abordagens que o defendiam na perspectiva da governança político-administrativa (Maquiavel, 2008; Hobbes, 1999). O poder era visto como o exercício da soberania do Estado-Nação. Tal fato trazia uma concepção limitada e negativa à palavra poder. Aqueles que não compunham o aparelho administrativo de determinado grupo social consideravam e eram considerados pelos demais como destituídos do poder.

Nessas condições, o poder não estava com todos, ele era atributo de apenas alguns membros da sociedade. Entendia-se a existência de uma espécie de dominação dos que tinham o poder em relação àqueles que supostamente não o tinham. Assim, o poder era visto sob o viés da vigilância, da punição, do controle estatal e não era destacada sua potencialidade libertadora dos indivíduos e comunidades que não estivessem ligados às classes dirigentes.

Uma contribuição de extrema importância para a interpretação do poder para além do Estado-Nação é encontrada no pensamento de Michel Foucault (2008), que traz como contribuição uma crítica sobre a forma como o poder se desenvolve na passagem do século XVIII para o século XIX, com a constituição do indivíduo moderno. O autor demonstra que o

poder era associado ao Estado-Nação e a forma como esse interferia na vida das pessoas através dos seus mecanismos de controle social. O poder era visto como estático, como vindo de cima para baixo. Ele não estava nas pessoas, mas nas instituições, assumindo uma feição negativa. O poder era exercido pelo Estado-Nação através da vigilância, da punição, do cerceamento de liberdades, da imposição de condições que muitas vezes não obedeciam aos propósitos de vida dos sujeitos.

Para Foucault (2008), tal concepção fazia com que as pessoas não tivessem o desejo de ter o poder, pelo contrário, ele devia ser mantido longe, pois não era próximo do cidadão comum. Isso redundava na perpetuação das estruturas de poder tradicionais, que não consideravam a diversidade das relações sociais, mas apenas tinham a referência político-administrativa.

Marinho (2008), ao abordar essa forma limitada de poder que era apresentada como única, destaca que ela se revestia de três ideias falsas: 1- O poder era tido como algo localizado, existiria um centro do poder e ele poderia ser adquirido por meio da investidura; 2- O poder era considerado como onisciente, onipresente e onipotente. Essa ideia é desconstruída quando é associada ao poder a noção de vigiar, pois se o poder realmente tivesse a potencialidade que lhe é atribuída não seria necessário vigiar as pessoas e; 3- Existiria um titular do poder, o que indicaria a existência de apenas um poder, quase sempre focalizado no Estado-Nação e não no conjunto das relações sociais. Ao não serem rompidas essas ideias, o *status quo* era mantido, fazendo com que estruturas opressoras continuassem a influenciar a vida das pessoas.

Assim, Foucault (2008) enxerga nos eventos de 1968 a condição necessária para que essa falsa concepção de poder fosse questionada, criando-se as condições para superá-la. Em 1968 ainda ocorria a Guerra do Vietnã<sup>1</sup>, fato que serviu como estopim para que uma série de protestos ocorresse em variados países abordando temas como o racismo, o feminismo e a desigualdade social. As estruturas sociais eram questionadas, pois temas que até então eram tidos como tabus passavam a ser discutidos. Foucault (2008) acredita que tais eventos manifestavam as malhas mais finas da rede de poder, pois situações que até então ficavam à margem das análises políticas passaram a ser centrais. Daí surge uma crítica a concepção de poder como sinônimo de repressão:

---

<sup>1</sup> A Guerra do Vietnã foi um conflito armado que ocorreu entre os anos de 1959 e 1975. O início do conflito deu-se por divergências entre o Vietnã do Norte, que era comunista e o Vietnã do Sul, onde imperava um regime ditatorial. O governo dos Estados Unidos decidiu intervir em favor do Vietnã do Sul, enviando tropas e armas, no ano de 1964. O conflito se acirrou e ocorreram milhares de mortes de ambos os lados. A intervenção estadunidense foi considerada um fracasso, pois seus soldados tiveram dificuldade em se adaptar as florestas vietnamitas.

Quando se define o poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica desse mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou [...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2008, p.7-8).

Assim, o autor demonstra em seu posicionamento, a concepção de que o poder não se resume apenas aos seus aspectos punitivos, remetendo às proibições geradas pelos diversos tipos de leis, como as de origem política e as de origem religiosa. Apresenta-se a defesa de que o poder passe a ser considerado como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social, sendo gerado e manifestado nas relações sociais.

Daí Foucault (2008) avança na proposição de uma leitura relacional do poder. De acordo com ele:

Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros de outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (Foucault, 2008, p.75).

Foca-se o poder como algo que surge das relações entre as pessoas, ou seja, ele não é uma coisa e nem pode ser obtido somente pelo indivíduo. Também não é exclusividade do Estado-Nação e/ou de outras instituições como igrejas, escolas, prisões e hospitais. O poder é uma criação conjunta, uma criação social.

Ao fazer uma leitura da obra “Leviatã” de Hobbes (1998), Foucault (2008, p.183) demonstra as limitações da abordagem do poder como sinônimo do Estado-Nação e dos seus espaços de governança:

Recordem o esquema do Leviatã: enquanto homem construído, o Leviatã não é outra coisa senão a coagulação de um certo número de individualidades separadas, unidas por um conjunto de elementos constitutivos do Estado, ou melhor, em sua cabeça, existe algo que o constitui como tal e este algo é a soberania, que Hobbes diz ser precisamente a alma do Leviatã. Portanto, em vez de formular o problema da alma central, creio de seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder.

É interessante a comparação do Leviatã (Estado-Nação) como um conjunto de individualidades separadas. O Leviatã não é apenas um corpo ou apenas uma vontade, mas um agrupamento dos corpos e vontades que constituem a sociedade. Foucault (2008) demonstra não acreditar na soberania, que seria a alma do Leviatã como verdade absoluta, já que pontua ser necessário avançar em uma leitura que parta dos corpos periféricos e múltiplos, ou seja, a diversidade das relações sociais. A soberania seria o instrumento por meio do qual o direito de punir seria legitimado e o que o Foucault propõe é avançar para o reconhecimento das “soberanias” que se revelam não só no centro político-administrativo.

Assim, Foucault (2008) nos propõe uma leitura do poder na diversidade das relações. Isso contribui para que possamos entender que não só espaço de governança é território, mas também outros espaços como a família, as empresas e as propriedades, por exemplo.

Podemos afirmar que a abordagem de Foucault (2008) remete a uma leitura espacial do poder, enfatizando suas distintas manifestações. Todavia, é importante enfatizar o perigo que a crítica ao Estado como única possibilidade de poder traz consigo, pois pode acarretar no desprezo total por essa instituição, assumindo uma postura anarquista. No nosso entender, mesmo com as limitações que o Estado apresenta, por estar relacionado a luta de classes, na atual conjuntura é difícil propor um modelo de sociedade que não o contenha. Nesse sentido, o Estado deve ser disputado pelas classes subalternas para que sua ação seja mais democrática.

Apoiado nas ideias apresentadas por Foucault, Raffestin (1993), faz uma crítica à Geografia Política Clássica e a definição de território elaborada por ela, entendendo-o como sinônimo do Estado-Nação. O autor trabalha com a diversidade das relações de poder e entende o território como

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a “prisão que os homens constroem para si” (Raffestin, 1993, p. 143-144).

É feita uma diferenciação entre espaço e território. O espaço, a “prisão original”, antecederia o território, a prisão construída pelos homens. Com a projeção do poder sobre o espaço o território passaria a existir. Isso não quer dizer que o território substituiria o espaço, encerrando a existência dele, mas sim que daria a ele uma configuração marcada pelo poder expresso nas relações entre os homens. Isso corrobora o que afirmamos anteriormente: o espaço é maior do que o território, por ser uma categoria universal, além do fato de ele poder existir sem o território, não sendo a recíproca verdadeira. Fica nítida a concepção do território como uma construção social, onde o trabalho exerce grande contribuição. O trabalho seria desenvolvido pelo que Raffestin (1993) denomina como “ator sintagmático”, entendido como os indivíduos e/ou instituições capazes de realizar um programa, ou seja, contribuir com a construção territorial. A influência que Foucault exerce na definição de território de Raffestin (1993) fica clara quando esse autor define as características do poder configurador dos territórios:

- 1- O poder não se adquire, é exercido a partir inumeráveis pontos;
- 2- As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.), mas são imanentes a ela;
- 3- O poder vem de baixo, não há uma posição binária e global entre dominador e dominados;
- 4- As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
- 5- Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (Raffestin, 1993, p.53).

Dentre os aspectos que denotam a contribuição dessa abordagem para a compreensão dos territórios salientamos os seguintes: 1- a manifestação do poder, através das relações sociais, não ocorre de maneira harmoniosa, pelo contrário, ela traz consigo a resistência. Assim, para compreendermos a formação dos territórios é preciso levarmos em consideração a conflitualidade entre as classes sociais e também internamente a elas. A formação dos territórios ocorre pelo exercício do poder, sendo que um ator sintagmático se impõe perante os demais. Nem sempre o que não detém o poder aceita de maneira pacífica tal fato, sendo a conflitualidade um produto de tais relações; 2- ao considerar que o poder vem de baixo, o autor cria um caminho pelo qual podemos avançar na compreensão dos diferentes tipos de territórios e não apenas no território do Estado-Nação. Em todas as relações existe o poder, fato que gera territórios materiais e/ou imateriais e; 3- o poder é uma relação social e não uma coisa. Ele não é exclusivo de algumas pessoas, porém, nem todos o exercem.

Assim, a grande contribuição de Raffestin (1993) é explicar como o território se forma através das relações de poder. O autor demonstra um avanço na compreensão desse conceito, propondo uma perspectiva relacional e reticular. O poder passa a ter uma perspectiva espacial que destaca a diversidade escalar, indo além dos espaços político-administrativos aos espaços do cotidiano.

Desse modo, ao considerarmos a diversidade das relações de poder como um componente essencial na constituição dos territórios, abrimos a perspectiva para ir além da concepção de território do Estado-Nação.

## **TERRITÓRIOS: MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE**

Considerar a materialidade e a imaterialidade dos territórios é de extrema relevância para podermos realizar uma leitura que destaque a diversidade territorial e a capacidade que as classes sociais possuem de se apropriar do espaço.

Os territórios imateriais formam e são formados pelos territórios materiais, possuindo com eles uma relação de indissociabilidade. Pelo fato de tomarmos por referência a conceituação dos territórios como formados pelas relações de poder, evidentemente não podemos deixar de indagar e considerar como o poder é gerado e como ele influencia a configuração dos espaços, constituindo os territórios, daí a importância da imaterialidade como uma dimensão territorial.

São constituintes dos territórios imateriais os seguintes componentes do poder: conhecimento, estratégias, sonhos, intencionalidades, ideologias, perspectivas, debates, políticas, ações, discursos e outros. Em Fernandes (2008, p.282) percebemos como a consideração da imaterialidade é imprescindível para uma visão do território em sua pluralidade, pois:

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia.

O autor demonstra como as relações de poder se manifestam pela intencionalidade na construção dos territórios. Ao agirem, os sujeitos que constituem os territórios possuem uma determinada perspectiva simbólica que se manifesta em pensamentos, teorias, conceitos e ideologias; as quais são de fundamental importância na configuração física do território, demarcando sua forma e seus limites.

De tal modo, ao considerarmos a imaterialidade dos territórios avançamos para uma leitura que preza pela pluralidade dessa categoria geográfica. O território não é visto apenas como o solo e os recursos naturais que nele existem. Por outro lado, quando o território é tratado apenas na sua materialidade ocorre uma “coisificação” do mesmo. O problema de tais proposições é que

[...] na qualidade de projeção espacial das relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar, sem que necessariamente o substrato material que serve de suporte e referência material para as práticas espaciais mudem (Souza, 2009, p. 61).

Portanto, o território vai além da materialidade que se expressa nas formas, nos seus objetos e nas suas estruturas. Dentro do território de um Estado-Nação, por exemplo, pode existir uma constância de fronteiras que perdure centenas de anos, ou seja, seus limites físicos continuarão os mesmos, porém, é possível que nesse período ocorram alternâncias nos grupos e sujeitos de onde emana o poder político-administrativo. Esse exemplo deixa claro que considerar o território apenas na sua materialidade pode nos levar a camuflar os conflitos e negociações pela posse do poder. Para conhecer o território na sua pluralidade é preciso avançar para além do visível e do palpável.

Essas proposições indicam que no plano da ideia (imaterialidade) dos indivíduos é que surgem as intenções e determinações que configurarão a vida dos povos, através da escolha e/ou refutação dos modelos de desenvolvimento e das práticas que legitimam e/ou combatem um determinado modo de produção.



Atentando para esse fato, Felício (2010), demonstra a relação entre o conhecimento e os territórios imateriais na disputa pela proposição e efetivação do modelo de desenvolvimento para o campo na América Latina. São considerados dois modelos de desenvolvimento: o do campesinato e o do capital (agronegócio). O modelo camponês de desenvolvimento para o campo é entendido como subalterno e o do capital como hegemônico. Contudo, o autor pontua que o campesinato tem se utilizado da disputa imaterial por territórios para poder defender seu modo de vida e produção. Dentre as distintas táticas de luta que os camponeses utilizam na disputa imaterial os discursos adquirem especial relevância:

Os discursos do campesinato constituem a matéria prima do seu território imaterial, pois neles estão as concepções de vida, de ser humano e de mundo. Tais concepções farão parte dos debates e embates travados interna e externamente e terão a finalidade de trazer à tona a conflitualidade do modelo de sociedade que o capital insiste perpetuar (Felício, 2010, p.1).

Através dos discursos, os camponeses demonstram ter uma proposta de sociedade que é diferente daquela defendida pelo modelo hegemônico, o do capital. Prezando por dinâmicas que valorizam o trabalho familiar, o respeito à biodiversidade, a produção em pequena escala e voltada em primeira estância para o consumo interno, os camponeses não se enquadram e não querem se enquadrar na dinâmica do capital, que tem por base o lucro e a exploração do trabalho. Ao disputarem os territórios imateriais, os camponeses também disputam o seu espaço na sociedade, assim:

[...] enquanto os territórios materiais se movimentam por causa das relações sociais visando o controle e o domínio na luta pelo poder, os territórios imateriais se movimentam através da luta pelo poder de dizer criando suas próprias representações e significados das coisas num confronto discursivo característico das sociedades capitalista através da luta de classes pelo controle e domínio do território e pelo controle e domínio dos valores culturais (ORLANDI, 2009). Com essa criação ele disputa, vence ou é derrotado e renasce, propondo novas leituras, novas categorias de análise uma vez que a realidade, não se apresenta aos seres humanos à primeira vista [...] (Felício, 2010, p. 2).

Desse modo, na medida em que os camponeses manifestam um discurso que preze pelo seu modo de vida e produção eles estão disputando também o seu lugar em determinado contexto social. Isso é importante porque não são todos os governos que reconhecem a existência de diferentes modelos de desenvolvimento no campo. Pelo contrário, a tendência tem sido a de considerar-se apenas o modelo de desenvolvimento do capitalismo, que se desenvolve principalmente pelo agronegócio. Sob tal perspectiva, a tendência que caberia aos agricultores de base familiar seria se integrar ao agronegócio para poderem permanecer no campo. Isso porque, na lógica capitalista, a agricultura camponesa é tida como atrasada, como uma realidade a ser superada, afim de que o campo possa se desenvolver e produzir divisas que contribuam não apenas para a oferta de alimentos, mas também para a existência de uma balança comercial nos países.

Todavia, quando se reconhece o lugar do campesinato em um determinado contexto social, as políticas voltadas para o campo deverão valorizar também esses sujeitos, sem querer levá-los a desenvolver uma dinâmica produtiva que não lhes é própria. Mais adiante enfatizaremos essa disputa de maneira mais pormenorizada, sendo que o que nos importa nesse momento é demonstrar como os discursos das classes sociais interferem na realidade, especialmente nos territórios materiais.

Fernandes (2008) explica tal relação enfatizando a intencionalidade como um componente dos territórios imateriais. Cada sujeito, instituição ou classe social que propõe a interpretação de determinada parcela da realidade não o faz de maneira imparcial, mas possuindo uma visão de mundo que certamente diferirá de outras. Assim:

O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das idéias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção material. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais (Fernandes, 2009, p.210-211).

O autor destaca que a produção material dos territórios é influenciada pelas disputas pelos territórios imateriais e vice-versa. Quando existe a proposição de uma visão de mundo, necessariamente, também ocorrerá uma relação de poder por que essa se dá pela intencionalidade. Por isso, uma abordagem que visa destacar os territórios em sua pluralidade não pode desconsiderar as dimensões material e imaterial dos territórios.

Assim, considerar a materialidade e imaterialidade é um procedimento fundamental para destacarmos a diversidade territorial.

## **TERRITÓRIOS E MULTIDIMENSIONALIDADE**

Mesmo defendendo que os territórios são formados pelas relações de poder projetadas no espaço não podemos confundi-los como concernentes somente à dimensão política da realidade. De fato, o poder possui uma imbricação muito forte com as ações políticas, porém, uma abordagem que considere o território em sua pluralidade, necessariamente deve conter uma perspectiva que não descarte as múltiplas dimensões que compõem o real. Por isso, também entendemos ser a multidimensionalidade um componente do conceito de território.

As dimensões política, cultural, econômica e natural são indissociáveis, ou seja, as ações que se dão em qualquer uma dessas, inevitavelmente, repercutirão também nas demais. A fragmentação até pode existir, para que a análise sobre o território tenha efeito didático e assim, possamos apresentar a diversidade dos fenômenos que lhe são inerentes, contudo, defendemos que o território é multidimensional por fazer parte de uma totalidade, que vai muito além da simples somas das partes.

Santos (1996), ao discutir sobre o espaço geográfico como objeto de estudo da Geografia, assevera que alguns geógrafos se equivocam na busca por uma abordagem que considere a totalidade, sendo que esses podem ser divididos em duas vertentes: 1- os que ao buscarem fazer da Geografia uma ciência de síntese acabam por ter pouca profundidade nos seus estudos e; 2- aqueles que se enveredam por uma análise que busca desvendar os sistemas-mundo sem para isso, utilizar-se de uma filosofia geográfica. Buscando superar essas limitações, o autor argúi que:

Cabe, sem dúvida, ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, mas é indispensável que o faça a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global. Para isso, a primeira tarefa é a construção de uma filosofia menor, isto é, uma metaGeografia que ofereça um sistema de conceitos capaz de reproduzir, na inteligência, as situações reais enxergadas do ponto de vista dessa província do saber. A primeira tarefa, sem a qual o requisito da pertinência não será atingido, é bem circunscrever o nosso objeto de trabalho (Santos, 1996, p.73).

Nesse sentido, o autor defende uma leitura que considere a totalidade, indo do universal ao particular, pois “[...] a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes” (Santos, 1996, p.74).

A totalidade não pode ser vista como estática, mas sim como em movimento, no qual o todo influencia e determina as partes, sendo que o tempo aparece contido no espaço e o espaço aparece contido no tempo. Desse modo, a totalidade é vista como parte do processo constante de totalização.

Konder (1984) ao tratar sobre a totalidade como um dos princípios da dialética traz um didático exemplo de como o todo e as partes são indissociáveis ao falar dos proprietários capitalistas e suas posturas particulares. Hipoteticamente, imaginemos um capitalista que é reconhecido por alguns como um homem bom, de postura progressista e que não possui como lógica do seu agir empresarial a exploração. Isso porque ele é atencioso com seus funcionários, cumpre com seus deveres de empregador e às vezes até oferece gratificações. O autor alerta que tais observações até podem ser corretas, contudo, devem ser entendidas dentro dos seus limites, pois o capitalista faz parte de um sistema que é maior do que ele e que tem por lógica a

exploração do trabalho como meio de se obter lucros cada vez maiores. Nesse caso, o próprio sistema impele os capitalistas a extraírem mais-valia dos seus funcionários, por mais que esses sejam homens de consideráveis virtudes pessoais. Ou seja, não é parte que determina o todo e sim, o inverso.

Assim, ao entendermos o território como uma totalidade, conseqüentemente o entendemos também como multidimensional. As dimensões política, econômica, cultural e natural possuem imbricações umas com as outras, pois o território é um todo. Qualquer ação em um das dimensões do território, necessariamente repercutirá também nas demais. Contudo, Fernandes (2009, p.212) alerta que:

Para discutir a totalidade como um princípio do território é necessário tomar muito cuidado para não ser mal compreendido. Evidente que não estamos afirmando que tudo é território, mas sim que o território é um todo. Ainda é necessário afirmar que esse todo é parte da realidade. Quando compreendemos o território como um todo, estamos entendendo sua multidimensionalidade. Isso significa que ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões. O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas por condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão de espaço e relação construídos pelas ações e intencionalidades.

De tal maneira, entende-se o território como um todo, mas é feita a advertência para que não se cometa a confusão de afirmar que tudo é território. O território possui fronteiras, por ser demarcado pelas relações de poder e dentro dessas fronteiras estão todas as dimensões que compõem a realidade. O autor ainda assegura que as dimensões que compõem o território são construções sociais, tecidas nas relações processuais que os homens estabelecem com o espaço, através do poder, portanto, conseqüências da intencionalidade dos sujeitos. As dimensões não são um fato dado que influencia os sujeitos sem sofrerem alterações, pelo contrário, elas são geradas em um processo de disputas e conflitualidades, influenciando e sendo influenciadas pelos sujeitos.

## **TERRITÓRIO E MULTIESCALARIDADE: A DEFINIÇÃO DOS TIPOS DE TERRITÓRIOS COMO UM INSTRUMENTO DA DIVERSIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS<sup>2</sup>**

Na Geografia, principalmente no ramo da Geopolítica, por muito tempo predominaram as abordagens que consideravam apenas a escala do Estado-Nação, não indo além dos espaços

---

<sup>2</sup> A discussão sobre escalas que realizamos nesse tópico tem como intuito relacioná-las a diversidade territorial, não sendo nossa preocupação dar conta de explicar todas as manifestações geográficas.

de governança. Esse entendimento era gerado por se considerar apenas o poder político-administrativo e sua capacidade de gerir os recursos e a vida das pessoas.

Contudo, o poder do Estado-Nação é apenas um tipo de poder e não a sua totalidade. O poder é gerado nas relações sociais, desde as mais simples até as mais complexas. De fato, existe poder quando um governante administra o espaço, determinando as formas de uso do território, influenciando a vida de milhares de pessoas. Contudo, também existe poder em relações que envolvem menor número de pessoas, como no caso das famílias em que os pais determinam o que o filho pode fazer ou não; ou então em uma pequena unidade de produção camponesa, na qual o seu proprietário determina quais tipos de produtos serão cultivados e com quem eles serão comercializados.

Por existirem diversas formas de poder também existem diversos tipos de territórios. É importante deixar claro que, com essa afirmação, não estamos desconsiderando os territórios do espaço de governança, pelo contrário, entendemos a existência desses, mas não descartamos o fato de existirem outros territórios dentro deles. Os espaços de governança influenciam e são influenciados pelos demais tipos de territórios. Existe uma relação dinâmica entre eles, pois as relações de poder são processuais e se modificam no decorrer do tempo. O poder do Estado-Nação é consequência de disputas, dominações, concessões e acordos entre outros tipos de poder. É preciso alertar, porém, que não só os poderes internos ao Estado-Nação o influenciam, como também os que existem externamente a ele.

Com essas observações destacamos que os territórios são formados em diferentes escalas, sendo que essas são entendidas como uma construção social. É insuficiente para a definição dos territórios entendermos as escalas somente como uma fração, por meio da qual se busca o estabelecimento de relações entre as medidas no real e na representação, pois as escalas são antes de tudo: “uma aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca também como um problema fenomenal” (Castro, 1995, p.118).

Nesse sentido, deve-se frisar a escala geográfica como diferente da escala cartográfica, pois: “a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, enquanto a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica” (Castro, 1995, p.125). Embasando-nos nessa concepção, nesse trabalho entendemos a escala em sua dinâmica de negociações e de conflitos, de construção e destruição, de acordos e contestações, de avanços e refluxos; enfim, não entendemos a escala

como um simples recurso matemático que gera uma forma de representação da realidade, pois a escala é gerada pela própria realidade. Ela acompanha o desenvolvimento dos processos e não apenas os representa.

Assim sendo, a escala geográfica remete as relações sociais, ou então, as formas de poder. As escalas são construções intencionais realizadas pelos sujeitos de todas as classes sociais que buscam acessar e usar o espaço como forma de defender seus interesses políticos, simbólicos e principalmente, econômicos. É nesse sentido que Smith (2000) demonstra como a escala é uma construção que parte da vida dos sujeitos ao buscarem acessar os diferentes tipos de espaços. A escala é vista como uma construção social repleta de disputas, pois remete à luta de classes e também às lutas que acontecem dentro das classes sociais.

A escala é um meio para que seja gerada a diferenciação espacial ou então, os diferentes tipos de territórios. As escalas são consequência de um processo de luta política potencialmente intensa. Smith (2000) entende ainda, que é característico da dinâmica do capitalismo cercar a mobilidade dos sujeitos pertencentes às classes subalternas, selecionando os que irão usufruir do espaço e os que não poderão fazê-lo.

Desse modo, a resistência é uma forma de busca pela superação desses impedimentos gerados pelos agentes do capital. Pela resistência, os sujeitos das classes subalternas poderiam saltar escalas e assim: “dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e reprodução da vida cotidiana” (Smith, 200, p.137). Por não ser um simples recurso matemático, a escala se manifesta como o espaço no qual as relações de poder são expressas, de tal maneira que: “É a escala geográfica que define as fronteiras e limita as identidades em torno das quais o controle é exercido e contestado” (Smith, 2000, p.143).

De acordo com suas concepções de mundo e sua capacidade de intervenção na realidade, os sujeitos, instituições e classes sociais delimitam suas escalas de atuação e buscam através das relações de poder se apropriar do espaço. Um sujeito pode estar envolvido na construção de diferentes escalas, desde a propriedade em que vive até a escala mundo, participando de movimentos que discutem as dinâmicas globais, como é o caso da Via Campesina.

Assim, a escala é construída na medida em que a luta de classes é efetivada, ou seja, ocorre uma busca pela conquista ou manutenção de um território físico ou não. Com base nessa concepção, Smith (2000) propõe diferentes níveis escalares, os quais devem ser concebidos não como realidades disjuntas, mas como encaixados uns nos outros, sendo esses: o corpo, a casa, a comunidade, o espaço urbano, a região, a nação e as fronteiras globais. A escala é vista não

como um fator de limitação por gerar fronteiras espaciais, mas como uma construção intencional de conquista e resistência.

A questão escalar também é enfatizada por Fernandes (2008), o qual demonstra que para a compreensão das disputas territoriais é necessário avançar para além da compreensão do território como sinônimo de espaço de governança e assim “entrar nos territórios do território”, como sugere o título do referido artigo escrito pelo autor. O território do espaço de governança manifesta apenas um tipo de poder, que é o político-administrativo. Todavia, existem outros poderes que precisam ser enfatizados para que não desconsideremos as disputas entre as classes sociais. Assim:

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma visão reducionista do território, um conceito de território que serve mais como dominação por meio de políticas neoliberais (Fernandes, 2008, p.280).

No entender do autor, o território definido como espaço de governança é um instrumento de dominação quando incorporado por políticas geradas pelos governos neoliberais. Isso porque, nesse tipo de abordagem as relações sociais não são consideradas em sua diversidade e se torna difícil a contestação ao poder político-administrativo do Estado-Nação.

Considerando que não existe apenas o território do espaço de governança, Fernandes em trabalhos recentes (2008 e 2009) tem construído uma interpretação/proposição sobre a tipologia dos territórios. O autor entende que a diversidade de territórios não é novidade, já que outros estudiosos também têm se dedicado ao tema, contudo pontua: “Não basta falar apenas em território. É preciso definir: qual território?” (Fernandes, 2009, p.205). Tal provocação é realizada pelo fato de os autores que se dedicam ao tema não nomearem outros territórios além do território do Estado-Nação. Fala-se da diversidade territorial, mas não se expressa o tipo de território ao qual se está referindo, não apontando quais classes sociais exercem o poder sobre esses espaços.

Buscando superar essa lacuna, o autor destaca três tipos de territórios: o primeiro, formado pelo Estado-Nação e os demais espaços de governança; o segundo, formado pelas propriedades, sejam elas particulares ou coletivas e o terceiro, formado pelos territórios fluxos.

É importante destacar que existem outros tipos de territórios, além desses. Souza (2006, p.317), por exemplo, trabalha com o termo “nanoterritórios”, os quais “[...] situam-se em uma escala mais reduzida do que a microlocal, sendo atinentes a espaços com os quais, diferentemente de espaços de nível escalar microlocal como o bairro ou o setor geográfico (que é um agregado de bairros) [...]”. Assim, o uso da tipologia que tem sido sistematizada por Fernandes (2008 e 2009) não encerra os tipos de territórios, mas cria a possibilidade de

discutirmos a qual território nos referimos na medida em que estudamos a diversidade territorial.

Outra observação que deve ser feita é que a tipologia dos territórios é diferente da multiterritorialidade. A primeira destaca os tipos de relações de poder que formam os territórios, partindo do pressuposto de que não só o Estado-Nação é detentor do poder, mas também outras relações sociais como as que acontecem nas famílias, nos movimentos socioterritoriais e nas empresas, por exemplo. A segunda remete ao fato de que podem existir diferentes territorialidades, ou formas de uso em um mesmo território (Haesbaert, 2004). Todo território possui uma multiterritorialidade, pois não é unidimensional.

No mais, o importante a se destacar nessa discussão é que existem diversos tipos de territórios, além do território do Estado-Nação. O motivo disso é que como afirmamos anteriormente, o poder não emana exclusivamente do Estado-Nação, mas da diversidade de relações sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura que realizamos nesse ensaio sobre o conceito de território é uma tentativa de fortalecer sua compreensão para além da escala do espaço de governança, destacando a diversidade territorial. Demonstramos como além do Estado-Nação existem outros territórios como as propriedades (particulares ou comunais) e os fluxos.

Os autores aqui discutidos nos possibilitam concluir que tem sido consolidada na Geografia a compreensão de que o território deve ser entendido por uma perspectiva que destaca outros tipos de relações de poder, além das que emanam do Estado-Nação.

## **REFERÊNCIAS**

CASTRO, I. E. O Problema da Escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 117-140.

FELÍCIO, M. J. O território imaterial do campesinato. 2010. Disponível em: <[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)>. Acesso em 03 de jul. 2014.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Revista NERA, Presidente Prudente: Ano 8, n.6. 2005.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.



FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

FOCAULT, M. Microfísica do Poder. São Paulo: Graal, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

HOBBS, T. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

KONDER, L. O que é dialética. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo: DPL Editora, 2008.

MARINHO, E. R. As relações de poder segundo Michel Foucault. Revista FACITEC, Taguatinga do Sul, v.2. 2008.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço - Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A. O espaço da diferença. Campinas/SP: Papyrus, 2000. p. 133-175.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder: autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

SOUZA, M. J. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

SOUZA, M. J. L. A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

*Financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP).*